

## Os Ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma Função

Paulo Drumond Braga\*

Entre 1936 e 1974, período que corresponde à maior parte da história do Estado Novo, as questões relativas à educação estiveram sob a alçada do ministério da Educação Nacional, que substituiu o ministério da Instrução Pública.

Este artigo pretende caracterizar os homens que, nesse mesmo período, desempenharam a função de ministros da Educação Nacional. Serão estudados aspectos como as gerações a que pertenciam, a respectiva formação académica e os *cursus honorum*, sempre em comparação com os restantes membros do governo de Portugal.

**Palavras-chave:**

Estado Novo, educação,  
ministro da Educação Nacional

\* Escola Superior de Educação  
Almeida Garrett.  
Investigador do CeiEF.  
drumondbraga@hotmail.com

De 1936 a 1974, período que corresponde à maior parte do Estado Novo (1933-1974), existiu na orgânica governamental portuguesa o ministério da Educação Nacional, que sucedeu ao ministério da Instrução Pública, estabelecido em 1913<sup>1</sup>. De 1936 a 1974, nove pessoas desempenharam a função de ministro da Educação Nacional. Este artigo pretende estudar os respectivos perfis<sup>2</sup>.

**Quadro I**  
**Ministros da Educação Nacional (1937-1974)<sup>3</sup>**

| Nome                           | Nomeação               | Exoneração             | Chefe do Governo  |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|---|
| António Faria Carneiro Pacheco | 18 de Janeiro de 1936  | 28 de Agosto de 1940   | Oliveira Salazar  |
| Mário de Figueiredo            | 28 de Agosto de 1940   | 6 de Setembro de 1944  | Oliveira Salazar  |
| José Caeiro da Mata            | 6 de Setembro de 1944  | 4 de Fevereiro de 1947 | Oliveira Salazar  |
| Fernando Andrade Pires de Lima | 4 de Fevereiro de 1947 | 7 de Julho de 1955     | Oliveira Salazar  |
| Francisco de Paula Leite Pinto | 7 de Julho de 1955     | 4 de Maio de 1961      | Oliveira Salazar  |
| Manuel Lopes de Almeida        | 4 de Maio de 1961      | 4 de Dezembro de 1962  | Oliveira Salazar  |
| Inocêncio Galvão Teles         | 4 de Dezembro de 1962  | 19 de Agosto de 1968   | Oliveira Salazar  |
| José Hermano Saraiva           | 19 de Agosto de 1968   | 15 de Janeiro de 1970  | Oliveira Salazar e, depois de 28 de Setembro de 1968, Marcelo Caetano |
| José Veiga Simão               | 15 de Janeiro de 1970  | 25 de Abril de 1974    | Marcelo Caetano   |

Fonte: Guimarães, Ayala, Machado & António, 2000.

### **I. De Carneiro Pacheco a Veiga Simão**

Nos primeiros dias de 1936, António Oliveira Salazar – chefe do governo desde 5 de Julho de 1932 e verdadeiro responsável pela criação do Estado Novo –, formou o seu terceiro executivo. Nesse relativamente curto espaço de tempo, tinha já tido quatro ministros da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos (até 24 de Julho de 1933)<sup>4</sup>, Alexandre Alberto de Sousa Pinto (de 24 de Julho de 1933 a 29 de Junho de 1934)<sup>5</sup>, Manuel Rodrigues Júnior (interinamente, de 29 de Junho a 23 de Outubro de 1934)<sup>6</sup> e Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação (de 23 de Outubro de 1934 a 18 de Janeiro de 1936)<sup>7</sup>.

A 18 de Janeiro de 1936, Salazar nomeou Carneiro Pacheco (1887-1957)<sup>8</sup> para titular da pasta da Instrução Pública e, a 11 de Abril seguinte, alterou o nome do

ministério para Educação Nacional. Havia a ideia de que instruir era apenas transmitir conhecimentos, enquanto que educar era mais do que isso, era formar consciências. Tratava-se aqui de incutir os valores nacionalistas e católicos às crianças e aos jovens portugueses, que aprenderiam a cultivar a simplicidade, a humildade e a obediência<sup>9</sup>.

A acreditar em Franco Nogueira, o ministro da Instrução Pública cessante, Eusébio Tamagnini, estava, quando Salazar remodelou o governo, em 1936, “ansioso por regressar à sua cátedra de Coimbra”<sup>10</sup>. Carneiro Pacheco era então reitor da Universidade de Lisboa e deputado à Assembleia Nacional. Durante o sidonismo havia sido deputado monárquico. Aliás, nunca escondera as suas fortes convicções monárquicas, tendo por esse motivo sido sujeito a um processo disciplinar na Universidade de Coimbra, onde então era lente, em 1919, junto, aliás, com Salazar e Gonçalves Cerejeira, o futuro cardeal-patriarca de Lisboa. Um outro colega de Coimbra, Luís Cabral de Moncada, classificou-o como “político irrequieto e dinâmico”<sup>11</sup>.

Carneiro Pacheco permaneceu quatro anos no governo. Em 1940, ocorreu uma remodelação governamental e o ministro da Educação Nacional foi substituído. Segundo Franco Nogueira, achava-se então “queimado”. Mas Salazar não esquecia que fora Carneiro Pacheco quem, em 1916, permitira a sua contratação como professor extraordinário da Faculdade de Direito de Coimbra, ao assinar um parecer positivo. Assim, havia “que buscar uma solução politicamente honrosa”. Como a representação diplomática portuguesa junto da Santa Sé fora elevada a embaixada, o ministro cessante, “que sente deslumbramento pelos ambientes internacionais de prestígio”, aceitou o convite para ser o primeiro embaixador de Portugal no Vaticano<sup>12</sup>. Diferente é a interpretação de Joaquim Veríssimo Serrão: “a sua substituição apenas se compreende pelo desejo que manifestou em chefiar a primeira embaixada portuguesa junto da Santa Sé”<sup>13</sup>.

Para substituir Carneiro Pacheco, foi nomeado Mário de Figueiredo (1891-1969). Monárquico, como o anterior, era uma das pessoas mais próximas de Salazar. Começara por ser colega do futuro chefe do governo no seminário de Viseu, voltando a encontrá-lo na Faculdade de Direito de Coimbra, da qual se tornou catedrático em 1924. Fora ministro da Justiça em tempos da ditadura militar (1928-1929) e saíra do governo em virtude de famoso incidente da “portaria dos sinos”. Por isso, e durante anos, manteve relações tensas com Salazar, que, ao contrário do que ele esperava, não o acompanhara na demissão<sup>14</sup>. De 1931 a 1933 pertenceu ao Conselho Político Nacional, em 1934 recusou o convite que o chefe do governo lhe fez para sobraçar a pasta da Instrução Pública e, a partir de 1935, fez parte da Assembleia Nacional. De 1937 a 1940, integrou a missão que foi ao Vaticano negociar a Concordata e o Acordo Missionário. Entretanto, foi-se reaproximando de Salazar e aceitou finalmente entrar no governo, em 1940<sup>15</sup>.

Ao fim de quatro anos, Mário de Figueiredo foi afastado, no decurso da remodelação de 1944, umas das mais importantes das que Salazar levou a cabo, tendo sido chamada, na época, a “revolução de Setembro”. Desde 1941 que o titular da pasta ansiava ser substituído, por ver constantemente adiado o seu projecto de reforma global do ensino<sup>16</sup>. A 22 de Setembro desse ano, chegou mesmo a apresentar

a sua demissão formal<sup>17</sup>. Quando, em 1944, a oportunidade voltou a surgir, Salazar resolveu dois problemas ao mesmo tempo: o desejo de Mário de Figueiredo de abandonar o ministério e o destino a dar a José Caeiro da Mata que, com o fim da legação de Portugal na França de Vichy, deixava de ter funções políticas<sup>18</sup>.

O novo ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata (1877-1963), era também reitor da Universidade de Lisboa, presidente da Academia Portuguesa da História e procurador à Câmara Corporativa. Já tinha passado pelo governo de Salazar como ministro dos Negócios Estrangeiros (1933-1935) e tinha atrás de si uma longa carreira política, que começara em 1908-1910, quando integrara a derradeira Câmara dos Deputados da Monarquia, em listas do Partido Regenerador. Fora ainda presidente do Conselho Superior de Instrução Pública (1926-1936) e embaixador de Portugal na Sociedade das Nações<sup>19</sup>.

Na remodelação de 1947, Fernando Andrade Pires de Lima (1906-1970), professor da Faculdade de Direito de Coimbra, substituiu Caeiro da Mata na Educação Nacional. Foi a solução airosa que Salazar encontrou para resolver o problema da oposição de Santos Costa, o todo poderoso ministro da Guerra<sup>20</sup>, ao desejo do chefe do governo de designar Luís Supico Pinto para ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>21</sup>. Caeiro da Mata, “personalidade neutra sem malquerenças”, na expressão de Franco Nogueira, assumiu a referida pasta e deixou livre a Educação Nacional<sup>22</sup>.

O escolhido por Salazar para a Educação Nacional em 1947, Pires de Lima, era procurador à Câmara Corporativa desde 1942. Na Faculdade de Direito de Coimbra desempenhara as funções de secretário de 1935 a 1939<sup>23</sup>. A sua entrada para o governo terá constituído uma surpresa nos meios políticos. No dizer, pouco convincente, de Joaquim Veríssimo Serrão, “talvez a reputação de ser um mestre de feitio autoritário, tenha contribuído para a escolha do Doutor Fernando Pires de Lima, a não ser que o Chefe do Governo tenha querido estabelecer um equilíbrio político entre a escolha de docentes das faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra”<sup>24</sup>.

O novo ministro foi assim retratado por Marcelo Caetano: “Conhecia mal o meio de Lisboa, tinha uma inteligência mediana e aos defeitos característicos dos lentes conimbricenses juntava um feitio pessoal talvez demasiado tímido, que dificultava a sua aproximação com outras pessoas e o fazia reagir mal em muitos casos em que o diálogo franco poderia conduzir a soluções aceitáveis. Era um triste, que permaneceu celibatário até à morte e não sabia inspirar simpatias. Respeitável, decerto, mas cujas vida, ao ser recordada só inspira pesar pela infelicidade que, ao menos na aparência, dela transpira”<sup>25</sup>.

O ano de 1955 assistiu ao afastamento de Pires de Lima, que esteve no poder oito anos, a mais longa gestão à frente do ministério da Educação Nacional. Segundo Rómulo de Carvalho, tal foi “sinal de quanto Salazar apreciava e apoiava a sua actuação”<sup>26</sup>. Para Franco Nogueira, em 1955 o “ministro está gasto, exausto, e além de reformas do ensino, que se impõem, há que prever uma crise de agitação académica: e torna-se indispensável um homem que possa trazer à Educação Nacional uma mentalidade nova”<sup>27</sup>.

A escolha recaiu em Francisco Paula Leite Pinto (1902-2000), que começou por negar o convite<sup>28</sup>. Tinha sido o primeiro leitor português na Sorbonne (1931-1933)

e era, à data da sua entrada para o governo, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e procurador à Câmara Corporativa. Tinha, entretanto, leccionado noutras escolas, como a do Exército e o Instituto Superior Técnico e fora deputado à Assembleia Nacional (1938-1941)<sup>29</sup>. Era muito próximo de Marcelo Caetano<sup>30</sup>. Aliás, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a nomeação de Leite Pinto para ministro da Educação Nacional foi uma condição que o mesmo Marcelo Caetano colocou ao presidente do Conselho de Ministros para ele próprio entrar no governo. No dizer daquele historiador, Manuel Lopes de Almeida fora o primeiro nome pensado por Salazar, que o teria mesmo chegado a convidar, vendo-se depois obrigado a recuar<sup>31</sup>. Nada disto é referido nos testemunhos do próprio Leite Pinto. Para este, Salazar escolheu-o por ele ter sempre defendido a ideia de “que a formação do homem novo tinha de ser nova”. O chefe do governo estaria, na época, convencido da necessidade de os governantes mundiais aprenderem “novas linguagens”<sup>32</sup>.

Em Maio de 1961, Salazar remodelou mais uma vez o governo, saindo o ministro da Educação Nacional. Leite Pinto relata o que se passou: “Abandonei precipitadamente o meu gabinete do Campo de Santana perante a publicação de um decreto regulamentar emitido por outro Ministério, referente a assunto em que o Ministério da Educação deveria ter sido ouvido”. Tendo protestado junto de Salazar, manifestou, entretanto, a sua disponibilidade para continuar no cargo. Mas o chefe do governo “enviou-me uma linda carta e pediu-me que lhe desse nomes de possíveis Ministros da Educação e Subsecretários de Estado”. Depois, discutiram ambos uma longa lista de 32 nomes para ocupar o cargo<sup>33</sup>. Diferente é a versão relatada por Marcelo Rebelo de Sousa, alegadamente com base em documentação e informações de seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, que foi sub-secretário de Estado de Leite Pinto: desde pelo menos finais de 1959 que o ministro solicitava a Salazar a sua substituição, mas foi-lhe sendo pedido que permanecesse. Em 1961, o primeiro declarou-se inabalável na sua decisão e o segundo finalmente cedeu<sup>34</sup>. Rómulo de Carvalho comenta: “É de crer que a actuação de Leite Pinto não tivesse sido muito do agrado de Salazar que prosseguia a sua carreira de chefe incontestado. A experiência do ‘engenheiro’ na pasta da Educação não provara bem, fora um desvio na conduta da orientação estatal a que os ventos do Ocidente tinham forçado, mas tudo aconselhava a repor a máquina da coisa pública nos carris experimentados da tradição. Salazar voltou a procurar os seus ministros da Educação entre personalidades formadas pelas universidades clássicas, com mentalidades mais próximas da sua e, portanto, de mais confiança”<sup>35</sup>. Como que sintetizando a sua actuação à frente do ministério, Leite Pinto escreveu: “Considero positiva a minha passagem pela moradia do Campo de Santana”, ainda que tenha acrescentado: “nunca tive poder”<sup>36</sup>.

Manuel Lopes de Almeida (1900-1980) que, como se viu, teria já sido pensado por Salazar para o lugar em 1955, foi o escolhido para sobraçar a pasta da Educação Nacional em 1961. Segundo Leite Pinto, não fazia parte da lista de nomes que este havia proposto ao chefe do governo<sup>37</sup>. Além de professor da Faculdade de Letras de Coimbra, Lopes de Almeida era então deputado, mas passara já pelo governo como chefe de gabinete do ministro Eusébio Tamagnini (1934-1936),

director-geral interino do Ensino Superior e Belas-Artes (1940) e sub-secretário de Estado da Educação Nacional (1940-1944). Tinha também alguma obra como historiador: assinara trabalhos sobre história da Universidade de Coimbra e várias introduções a edições ou reedições de fontes históricas<sup>38</sup>.

Em Dezembro de 1962, Salazar substituiu vários ministros, entre eles Lopes de Almeida. O seu sucessor foi Inocêncio Galvão Teles (1917-2010), procurador à Câmara Corporativa, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e, entre 1955 e 1960, advogado principal na acção intentada por Portugal contra a União Indiana, no Tribunal Internacional de Justiça (Haia), a respeito dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Em 1962, acabara de se demitir das funções de director da sua escola – tal como outros directores de Faculdades, seguindo o exemplo do reitor da Universidade, Marcelo Caetano – , precisamente por discordar da forma como o ministro da Educação lidara com a crise académica desse ano<sup>39</sup>. Segundo o próprio, “creio que foi essa minha atitude de independência que esteve, em última análise, na origem do convite do Presidente do Conselho para sobraçar a pasta da Educação Nacional. O Doutor Oliveira Salazar ter-se-á convencido de que eu estava indicado para o efeito, pois a minha posição de moderado, então mais uma vez revelada e com maior publicidade, poderia ser propícia para enfrentar os problemas da Educação e desde logo, como fim imediato (mas não único, longe disso), para estabelecer a paz académica”<sup>40</sup>.

Marginalmente, anote-se que, antes de convidar Galvão Teles para o governo, Salazar pensou em transferir Adriano Moreira do Ultramar para a Educação, tendo pedido a Luís Supico Pinto que o sondasse nesse sentido. Tal acabou por não acontecer e são duas as versões do insucesso: a do próprio Adriano Moreira que, em data recente, escreveu ter recusado o convite por não querer fazer parte de um governo de cuja política ultramarina discordava<sup>41</sup>; e a de Franco Nogueira, para quem Adriano Moreira teria aceite ser ministro da Educação Nacional, mas o seu pedido de ser, em simultâneo, ministro adjunto do presidente do Conselho, foi considerado exagerado por Salazar<sup>42</sup>.

Galvão Teles foi, assim, o escolhido. Sabe-se hoje, por testemunho do próprio, que começou por recusar o convite, “porque esse cargo iria interromper a minha actividade de professor e jurisperito e a minha intervenção na preparação do novo Código Civil, que veio a ser publicado em 1966. Cheguei mesmo a sugerir alguns nomes. O Doutor Salazar disse-me que ia ponderar esta sugestão; mas, passado algum tempo, disse-me ter-se convencido de que a pessoa realmente indicada era eu e pediu-me aceitasse o sacrifício que eu alegava, convicta e justificadamente, representar para mim a aquiescência ao convite formulado”<sup>43</sup>.

Em Agosto de 1968, Salazar remodelou pela última vez o seu governo. Galvão Teles – que, seis anos antes, ao assumir o lugar, dissera que o fazia com a condição de nele permanecer dois ou três anos, no máximo – já lembrara várias vezes ao chefe do governo a sua vontade de regressar à universidade e à advocacia. Salazar acabou por concordar, prometendo dispensá-lo na primeira remodelação que fizesse no governo<sup>44</sup>. E assim aconteceu. Em 1968, na Educação Nacional foi provido José Hermano Saraiva (n. 1919)<sup>45</sup>, licenciado em Direito e em Ciências Histórico-Filosóficas, advogado e professor de liceu – chegara mesmo a reitor do

Liceu D. João de Castro –, que desempenhara, transitoriamente, funções docentes no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, de onde saíra em ruptura com o respectivo director, Adriano Moreira<sup>46</sup>. Fora ainda deputado à Assembleia Nacional (1957-1961) e procurador à Câmara Corporativa (1965-1968). Segundo Franco Nogueira, o chefe do governo pensava em alterar o executivo desde Julho de 1968. Acabou por o fazer já depois da sua famosa queda da cadeira no Estoril. Além de José Hermano Saraiva, vários nomes terão sido ventilados no círculo restrito de Salazar, entre eles Miranda Barbosa, Afonso Queiró e Costa Pimpão, todos professores da Universidade de Coimbra, e ainda um futuro ministro da Educação Nacional, Veiga Simão<sup>47</sup>. O próprio José Hermano Saraiva escreveu que Salazar o convidou para ministro por ter apreciado o parecer, por ele redigido, na qualidade de procurador da Câmara Corporativa, sobre os aspectos relacionados com a Educação do IV Plano do Fomento<sup>48</sup>. Mas a sua escolha esteve longe de ter sido fácil. Franco Nogueira refere que, na conversa tida entre o presidente da República, Américo Tomás, e o chefe do Governo, o primeiro “não julga que as soluções propostas para a Educação e a Saúde sejam as melhores”<sup>49</sup>. Por outro lado, uma carta de Marcelo Caetano a Baltazar Rebelo de Sousa, datada de 19 de Agosto de 1968, dá conta dessa mesma situação: “A grande batalha travou-se à volta do Saraiva, mas o presidente [Salazar] manteve-se inabalável”<sup>50</sup>. Nos dias que se seguiram à tomada de posse do derradeiro executivo do criador do Estado Novo, Américo Tomás terá desabafado para com alguns íntimos: “Este governo! Este governo, meu Deus!”<sup>51</sup>

Quando Marcelo Caetano assumiu a presidência do Conselho de Ministros, em Setembro de 1968, manteve 10 ministros de Salazar, entre eles José Hermano Saraiva, segundo, por vontade do presidente da República, “que queria, desse modo, mostrar-se fiel ao testamento político de Salazar”<sup>52</sup>. Tal não pode deixar de suscitar algumas reticências, atendendo à oposição que, como se viu, Américo Tomás fizera à nomeação de José Hermano Saraiva como ministro da Educação Nacional.

De qualquer forma, em Janeiro de 1970, o responsável máximo pelos assuntos educativos foi substituído. Uma carta endereçada a Baltazar Rebelo de Sousa, a 12 de Janeiro de 1969, mostra que Marcelo Caetano pensava já no afastamento de José Hermano Saraiva: “tem-se portado bem mas temo que não seja capaz de pegar na reforma do ensino superior – matéria que manifestamente não lhe é grata”. Na mesma missiva, solicitava ao amigo, então governador de Moçambique, informações sobre quem veio, efectivamente, a ser ministro, Veiga Simão, que era então reitor da Universidade de Lourenço Marques<sup>53</sup>. Já depois do 25 de Abril de 1974, Marcelo Caetano contou uma versão completamente diferente dos acontecimentos: “na remodelação ministerial de Janeiro de 1970, o dr. José H. Saraiva mostrou desejos de sair”<sup>54</sup>.

Entretanto, nas suas memórias, o derradeiro ministro da Educação Nacional de Salazar e primeiro de Marcelo Caetano escreveu: “Foi em Janeiro de 1970 que, por uma carta pessoal muito amável do Presidente do Conselho, tive a informação de que iria sair do Governo. Não era dada qualquer explicação além das necessidades da conjuntura política, mas compreendo perfeitamente que o meu programa educativo, de prioridade ao ensino primário e de aposta fundamental no Politécnico,

nunca podia merecer a aceitação do professor Marcelo Caetano, que era essencialmente um universitário”<sup>55</sup>. José Hermano Saraiva acrescenta que o chefe do governo lhe confidenciou posteriormente que se arrependera da demissão, mas que seguira o conselho de alguns dos seus colaboradores mais próximos<sup>56</sup>.

O escolhido em 1970 para a Educação Nacional foi José Veiga Simão (n. 1929), que desempenhava então, como se viu, as funções de reitor da Universidade de Lourenço Marques. Contudo, achava-se vinculado à Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Ciências era lente de Física e Química<sup>57</sup>. Um outro antigo ministro de Marcelo Caetano, Joaquim Silva Pinto, divulgou, num texto entre o histórico e o memorialístico, que Veiga Simão só foi contemplado com a ida para o governo porque Miller Guerra recusou sobraçar a pasta, aliás, tal como a da Saúde<sup>58</sup>.

Gestor da Educação Nacional até 1974, Veiga Simão chegou a demitir-se duas vezes das suas funções<sup>59</sup>. Marcelo Caetano, que em ambas o demoveu, terá, a poucos dias do fim do Estado Novo, mudado de ideias: em 1984, Joaquim Veríssimo Serrão escreveu que teria sido convidado para ministro da Educação Nacional, a 18 de Abril de 1974. Marcelo Caetano ter-lhe-ia então dito que a substituição de Veiga Simão “já se devia ter feito há mais tempo”. A remodelação do governo seria anunciada a 29 de Abril e a posse dar-se-ia a 2 de Maio<sup>60</sup>. Mas nada disto aconteceu, tendo Veiga Simão estado no governo até ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

## 2. Sociologia de um cargo

Três dos nove ministros da Educação Nacional nasceram no século XIX, Carneiro Pacheco, Mário de Figueiredo e Caeiro da Mata. Os dois primeiros eram não só da geração de Salazar, como próximos do chefe do governo, tendo sido seus colegas na Universidade de Coimbra. Caeiro da Mata, pelo contrário, era 12 anos mais velho, e tinha estado em todas as provas académicas e concursos universitários do futuro chefe do governo<sup>61</sup>.

Os nascidos no século XX pertencem a gerações diferentes. Pires de Lima, Leite Pinto e Lopes de Almeida eram muito próximos em idade, sendo da geração de outros importantes corifeus do regime, como Pedro Teotónio Pereira<sup>62</sup>, Marcelo Caetano<sup>63</sup> e Luís Supico Pinto<sup>64</sup>. Um pouco mais novos, Galvão Teles e José Hermano Saraiva ombreavam com Franco Nogueira<sup>65</sup>, Antunes Varela<sup>66</sup>, Adriano Moreira<sup>67</sup> e outros ministros que ascenderam ao poder nos anos 50 e 60. Finalmente, o derradeiro ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, tinha nascido em 1929, sendo da geração de alguns outros titulares de pastas escolhidos por Marcelo Caetano, como Cotta Dias<sup>68</sup>, Rui Patrício<sup>69</sup> e Joaquim Silva Pinto<sup>70</sup>.

Quanto às idades que tinham quando cingiram a pasta, o mais idoso foi Caeiro da Mata, com 67 anos, seguindo-se Lopes de Almeida, com quase 61. Mais novos eram Leite Pinto (prestes a completar 53), Mário de Figueiredo (49), José Hermano Saraiva (quase 49) e Carneiro Pacheco (fizera 48 dois meses antes). Galvão Teles completaria 45 anos dentro de cinco dias. Os mais jovens eram Pires de Lima e Veiga Simão, ambos prestes a atingir 41 anos<sup>71</sup>.

Em termos de formação académica, o Direito vence claramente, com seis dos 10 ministros (Carneiro Pacheco, Manuel Rodrigues, Mário de Figueiredo, Caeiro da

Mata, Pires de Lima, Galvão Teles), ou sete (se contarmos com José Hermano Saraiva, apenas licenciado e com uma dupla formação). Temos depois a História, com um (Lopes de Almeida, doutor em História), ou dois (se se aceitar a inclusão de José Hermano Saraiva, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas), a Engenharia, com um (Leite Pinto), e a Física, com outro (Veiga Simão). Acrescenta-se que nove dos 10 ministros eram portadores do grau de Doutor, sendo José Hermano Saraiva, a única excepção, apenas licenciado.

Anote-se, marginalmente, que causou estranheza o facto de Salazar ter escolhido, em 1955, um ministro que era oriundo da área das Ciências, concretamente, da Engenharia, Leite Pinto. Segundo relata o próprio: “Foi chocante para a maioria das pessoas interessadas na educação nacional que a cinco ministros de Direito, todos de formação coimbrã, se seguisse um professor, embora formado em matemática numa universidade clássica, digamos assim, era também engenheiro. Porque, ao que me diziam, os professores de Direito afirmavam que um engenheiro era apenas um ‘operário especializado’”<sup>72</sup>.

O peso do Direito na pasta da Educação Nacional – que, aliás, se notava no governo em geral<sup>73</sup> – foi já referido por Rómulo de Carvalho que, ao referir-se à nomeação de Leite Pinto para ministro, em 1955, escreveu: “é o sinal visível de que alguma coisa estava mudando no nosso país. É um engenheiro que agora recebe a pasta da Educação Nacional, na sucessão de um catedrático de Direito, que já a recebera de um outro, também de Direito, e assim por diante, sempre de Direito, durante longo tempo passado, com excepções pouco significativas e em situações bem diversas”<sup>74</sup>.

Quanto às instituições onde trabalhavam os ministros, à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de onde o próprio Salazar era oriundo, pertenciam Mário de Figueiredo e Pires de Lima. Ainda da cidade do Mondego, mas de outras escolas, eram Lopes de Almeida (Faculdade de Letras) e Veiga Simão (Faculdade de Ciências, se bem que, à data da nomeação, se achasse como reitor na Universidade de Lourenço Marques, em comissão de serviço). Os restantes quatro ministros dividiam-se pela Faculdade de Direito de Lisboa (Carneiro Pacheco, Caeiro da Mata – ambos tinham, contudo, obtido os graus e começado a carreira em Coimbra – e Galvão Teles) e pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (Leite Pinto).

É, portanto, visível o peso de Coimbra na pasta da Educação Nacional<sup>75</sup>. Tal já havia sido notado por vários historiadores, como Luís Reis Torgal, que assinalou o facto de, entre 1934 e 1962, os titulares daquela terem sido, com excepção de Leite Pinto, pessoas formadas na Lusa Atenas. De facto, como já se referiu, se bem que Carneiro Pacheco e Caeiro da Mata fossem lentes da Universidade de Lisboa quando sobraçaram a pasta da Educação Nacional, a sua formação era coimbrã<sup>76</sup>.

Um único ministro não estava, à data da sua nomeação, no ensino superior, José Hermano Saraiva. Sublinhe-se que o próprio estranhou esse facto, quando Salazar o convidou para o governo: “Era minha convicção que o título de professor da universidade era condição *sine qua non* para ser chamado para o cargo. Foi, aliás, essa a primeira objecção que coloquei. O Dr. Salazar disse-me que pensava o contrário. Era preciso estar de fora, não só na Educação como em todas as outras pastas. Só assim se podia ter uma visão global desinteressada e objectiva”<sup>77</sup>.

Um outro aspecto pode ser analisado: como se viu, os ministros da Educação Nacional tinham desempenhado, quase todos, funções políticas antes de sobraçarem a pasta, quer no próprio governo, como ministros de outras pastas (Mário de Figueiredo e Caeiro da Mata), ou ainda chefe de gabinete, director-geral e sub-secretário de Estado (Lopes de Almeida), quer, sobretudo, como parlamentares: deputados à Assembleia Nacional (Carneiro Pacheco, Mário de Figueiredo, Leite Pinto, Lopes de Almeida e José Hermano Saraiva) e procuradores à Câmara Corporativa (Caeiro da Mata, Pires de Lima, Leite Pinto, Galvão Teles e José Hermano Saraiva). A excepção foi Veiga Simão. Tudo isto está de acordo com as conclusões tiradas por Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto em relação à generalidade dos ministros do Estado Novo<sup>78</sup>.

Em termo do tempo de permanência na pasta da Educação Nacional, Pires de Lima foi o recordista, com oito anos. Seguem-se, com pouco menos de seis anos, Leite Pinto e Galvão Teles. Já Carneiro Pacheco, Mário de Figueiredo e Veiga Simão ficaram pelos quatro anos. As gestões mais curtas foram as de Caeiro da Mata (quase dois anos e meio), Lopes de Almeida (um ano e sete meses) e José Hermano Saraiva (um ano e cinco meses). Note-se que, segundo Tom Gallagher, quatro anos e meio foi a média de anos no poder para os ministros de Salazar<sup>79</sup>.

Qual o destino dos ministros da Educação Nacional, depois de terem deixado o cargo?<sup>80</sup> O primeiro, Carneiro Pacheco, foi embaixador extraordinário e plenipotenciário no Vaticano (1940-1945) e depois em Madrid (1945-1953), tendo, nos últimos anos de vida, sido procurador à Câmara Corporativa (1953-1957).

Quanto a Mário de Figueiredo, retomou o seu lugar na Assembleia Nacional, onde foi representante oficioso do governo (1947-1961) e presidente (1961-1969). Desempenhou, além disso, as funções de conselheiro de Estado (1952-1969). Foi sempre um dos mais próximos colaboradores de Salazar, sendo dos raros que o tratavam por tu.

O terceiro titular da pasta, Caeiro da Mata, passou da Educação Nacional aos Negócios Estrangeiros, tendo tido um papel de relevo na aceitação, por parte de Portugal, do chamado Plano Marshall<sup>81</sup>. Deixou para sempre o governo em 1950. Em 1953 estava de volta à Câmara Corporativa e era designado conselheiro de Estado. Manteve-se, até à morte, como presidente da Academia Portuguesa da História. Quer em 1949 quer em 1951 o seu nome terá sido ponderado como uma das muitas hipóteses para ocupar a presidência da República.

O ministro da Educação Nacional do período de 1947-1955, Pires de Lima, regressou, quando deixou o governo, à Faculdade de Direito de Coimbra e à Câmara Corporativa, tendo ainda sido ministro da Justiça interino de Maio a Junho de 1955.

Leite Pinto também voltou à Câmara Corporativa, tendo chegado a seu vice-presidente. Foi ainda presidente da Junta de Energia Nuclear e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Em termos académicos, alcançou o lugar de reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1963-1966). Depois da queda do Estado Novo, teve de se ausentar para França e depois Brasil, mas passou os derradeiros anos de vida em Portugal.

Diferente foi o caso de Lopes de Almeida: regressou à Assembleia Nacional e à Faculdade de Letras de Coimbra, de onde se jubilou, por limite de idade, em

1970. Continuou a produzir alguma obra como historiador, sobretudo ao nível da reedição de fontes históricas.

Um outro ex-ministro, Galvão Teles, também voltou à sua escola, a Faculdade de Direito de Lisboa. Tal como Leite Pinto, teve de sair de Portugal depois do 25 de Abril de 1974, leccionando em diversas universidades do Brasil. Em 1978, voltou ao País e à Faculdade de Direito de Lisboa, da qual foi presidente do Conselho Científico (1979-1982), jubilando-se em 1997. Esteve também ligado a várias universidades privadas (Católica Portuguesa, Livre e Lusíada).

Quanto a José Hermano Saraiva, nos dois derradeiros anos do Estado Novo foi embaixador de Portugal em Brasília. Antes e depois do 25 de Abril de 1974, salientou-se como divulgador de temas de História de Portugal, quer em programas de televisão com grande sucesso quer em livros diversos, tanto uns como outros não isentos de polémica. Em anos mais recentes, veio a ser novamente docente do ensino superior, num estabelecimento público (Escola Superior de Polícia) e num privado (Universidade Autónoma de Lisboa).

Muito diferente foi o que se passou com Veiga Simão, o último ministro da Educação Nacional: a sua proximidade ao general António de Spínola fê-lo ser nomeado embaixador de Portugal na ONU (1974-1975). Segundo o próprio declarou, o primeiro presidente da República do pós-25 de Abril tê-lo-ia desejado para primeiro-ministro. Na impossibilidade de tal acontecer, Veiga Simão sugeriu a Spínola vários nomes para o executivo saído da revolução e, inclusivamente, redigiu o programa do governo<sup>82</sup>. Em 1975 foi demitido da embaixada e da própria Universidade de Coimbra, resolvendo permanecer nos Estados Unidos. De regresso a Portugal, foi presidente do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (1978-1983 e 1985-1992). Voltou ao governo em executivos do Partido Socialista, primeiro como ministro da Indústria e Energia (1983-1985), depois da Defesa Nacional (1997-1999). Em termos académicos, tendo-se embora mantido vinculado à Universidade de Coimbra, também prestou serviço na Universidade da Beira Interior. Muitos o criticaram por uma tão rápida adesão à Terceira República. Como não podia deixar de ser, um deles foi o próprio Marcelo Caetano, que várias vezes se lhe referiu em termos bastante agrestes<sup>83</sup>.

#### Notas

- <sup>1</sup> Marques, 1991, pp. 301-303. O ministério da Instrução Pública tinha existido, efemeramente, em 1870 e 1890-1892. Cfr. Alves, 2004, pp. 336-339; Adão e Gonçalves, 2007.
- <sup>2</sup> Atendendo às dimensões deste texto, optou-se por não fazer a análise das políticas educativas dos diversos titulares da pasta em estudo, tanto mais que não era esse o objectivo do artigo.
- <sup>3</sup> Além dos que se seguem, também Manuel Rodrigues Júnior ocupou a pasta, mas apenas interinamente, de 9 a 23 de Março de 1939. Por esse facto, não o considere na minha análise. Sobre esta figura, veja-se, adiante, a nota 6.
- <sup>4</sup> Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) desempenhava essas funções desde Janeiro de 1930, em governos do general Domingos de Oliveira e, a partir de Julho de 1932, de Salazar. Já antes o fora, no segundo e último executivo do coronel Vicente de Freitas (Novembro de 1928 a Julho de 1929). Germanista, era professor da Faculdade de Letras de Lisboa e, mais tarde, presidiu ao Instituto de Alta Cultura. A sua política foi claramente precursora em relação à de Carneiro Pacheco. Basta dizer que, entre outras medidas, promulgou um novo estatuto do ensino liceal, reformou o ensino primário, criou as escolas do magistério primário e os postos de ensino, impôs a obrigatoriedade de os livros de leitura das escolas primária conterem máximas de carácter moral e promulgou novas e severas medidas de carácter disciplinar contra professores e alunos.

- <sup>5</sup> Alexandre Alberto de Sousa Pinto (1880-1982), era catedrático da Faculdade de Ciências do Porto e desempenhara as funções de reitor da Universidade. Nos anos 40, foi deputado à Assembleia Nacional.
- <sup>6</sup> Manuel Rodrigues Júnior (1889-1946), lente da Faculdade de Direito de Coimbra e depois da de Lisboa. Foi ministro da Justiça e Cultos de Junho de 1926 a Abril de 1928, em governos da Ditadura Militar, e de novo de Julho de 1932 a Agosto de 1940, já com Salazar – de quem fora colega em Coimbra – como presidente do ministério. Foi ainda deputado à Assembleia Nacional (1938-1942) – funções que nunca chegou a ocupar em virtude da sua passagem pelo governo – e procurador à Câmara Corporativa (1943-1946).
- <sup>7</sup> Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação (1880-1972), do ramo das Ciências Naturais, era lente da Faculdade de Ciências de Coimbra e chegou a vice-reitor da Universidade.
- <sup>8</sup> Proença, 1996b; Vicente, 2000; Loff, 2003; Rolo, 2005.
- <sup>9</sup> Mónica, 1978; Carvalho, 1986, pp. 753-778; Nóvoa, 1992, pp. 458-460; Teodoro, 2001.
- <sup>10</sup> Nogueira, 1977, p. 351.
- <sup>11</sup> Moncada, 1992, p. 159.
- <sup>12</sup> Nogueira, 1978, p. 287. Sobre o que aconteceu em 1916, cfr. Nogueira, 1977, pp. 169-170.
- <sup>13</sup> Serrão, 2000, p. 240.
- <sup>14</sup> Sobre este incidente, cfr. Braga, 2008, p. 110, onde se indica a principal bibliografia.
- <sup>15</sup> Telo, 1996; Alexandre, 2000; Castelo, 2003; Loff, 2005.
- <sup>16</sup> Figueiredo e Salazar, 1986, pp. 40-41 e 46-47.
- <sup>17</sup> Figueiredo e Salazar, 1986, p. 76.
- <sup>18</sup> Nogueira, 1978, p. 546. A respeito da acção de José Caeiro da Mata como legado de Portugal junto da França de Vichy, cfr. Janeiro, 1998; Lemos, 2008-2009.
- <sup>19</sup> Rolo, 1996; 2000; Paulo, 2003a; Loff, 2005a; Gameiro, 2005.
- <sup>20</sup> Fernando Santos Costa (1899-1982), oficial do exército, foi, sucessivamente, sub-secretário de Estado da Guerra (1936-1944) e ministro da mesma pasta (1944-1950), continuando a sobraçá-la quando a mesma mudou de nome para Defesa Nacional (1950-1958). Foi o grande responsável pela submissão das Forças Armadas ao Estado Novo. Já fora do governo, dirigiu o Instituto de Altos Estudos Militares (1964-1967). Entretanto, em 1954, passara a fazer parte do Conselho de Estado.
- <sup>21</sup> Luís Supício Pinto (1909-1986) foi subsecretário de Estado das Finanças (1940-1944), ministro da Economia (1944-1947) e presidente da Câmara Corporativa (1957-1973). Era um dos mais próximos colaboradores de Salazar, devendo-se-lhe a sugestão de muitos nomes para o governo.
- <sup>22</sup> Nogueira, 1980, pp. 63-65.
- <sup>23</sup> Proença, 1996a; Alexandre, 2000a; [Nóvoa], 2003; Araújo, 2005.
- <sup>24</sup> Serrão, 2003, p. 141.
- <sup>25</sup> Caetano, 2000, p. 446.
- <sup>26</sup> Carvalho, 1986, p. 783.
- <sup>27</sup> Nogueira, 1980, p. 382.
- <sup>28</sup> Segundo relatos do próprio. Cfr. Teodoro, 2002, pp. 28-29; Pinto, 2007, pp. 157-159.
- <sup>29</sup> Alexandre, 2000b; Moreira, 2003; Silva, 2005a.
- <sup>30</sup> Anos antes, Marcelo Caetano elogiara-o bastante em carta a Salazar: “notavelmente inteligente e vivo, escreve muito bem, tem boa cultura económica [...] É um valor que precisamos de aproveitar e destacar” (Antunes, 1994, p. 201).
- <sup>31</sup> Serrão, 2006, p. 141.
- <sup>32</sup> Pinto, 2007, pp. 157-158.
- <sup>33</sup> Pinto, 2007, pp. 163-164.
- <sup>34</sup> Sousa, 1999, pp. 138-139.
- <sup>35</sup> Carvalho, 1986, p. 797.
- <sup>36</sup> Pinto, 2007, pp. 164-165.
- <sup>37</sup> Pinto, 2007, p. 164.
- <sup>38</sup> Proença, 1996; Melo, 1999; Paulo, 2003; Silva, 2005.
- <sup>39</sup> Proença, 1996c; Magalhães, 2000; Santos, 2005; “Quatro Décadas de Educação (1962-2005)”, in <http://www.sg.min-edu.pt>.
- <sup>40</sup> Teodoro, 2002, p. 54.
- <sup>41</sup> Moreira, 2008, p. 282.
- <sup>42</sup> Nogueira, 1984, p. 438.
- <sup>43</sup> Teodoro, 2002, p. 55.

- <sup>44</sup> Teodoro, 2002, p. 67.
- <sup>45</sup> Vicente, 1996; Alexandre, 2000c; Borges, 2005; “Quatro Décadas de Educação (1962-2005)”, in <http://www.sg.min-edu.pt>.
- <sup>46</sup> A acreditar no testemunho de Adriano Moreira, José Hermano Saraiva chegou a solicitar ser elevado a professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, onde leccionava, a pretexto do provimento então dado a Armando Marques Guedes, que acabara de obter o grau de Doutor. Foi-lhe lembrado que a escola teria todo o gosto em o fazer quando José Hermano Saraiva se doutorasse, o que era esperado e desejado quer pelo reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Moses Bensabat Amzalak, quer pelo director do Instituto, Adriano Moreira. Cfr. Moreira, 2008, p. 345. Note-se, marginalmente, que José Hermano Saraiva acabou por nunca se doutorar.
- <sup>47</sup> Nogueira, 1985, p. 377.
- <sup>48</sup> Saraiva, 2007, p. 5.
- <sup>49</sup> Nogueira, 1985, p. 382. Anote-se que o ministro da Saúde era Joaquim de Jesus Santos (1921-1994), médico e deputado desde 1961. Esteve apenas um mês em funções, tendo sido um dos poucos que Marcelo Caetano substituiu quando chegou ao poder.
- <sup>50</sup> Sousa, 1999, p. 248.
- <sup>51</sup> Nogueira, 1985, p. 385.
- <sup>52</sup> Saraiva, 2007, p. 12.
- <sup>53</sup> Sousa 1999, pp. 256-257.
- <sup>54</sup> Caetano, 1974, p. 154.
- <sup>55</sup> Saraiva, 2007, p. 79.
- <sup>56</sup> Saraiva, 2007, p. 83.
- <sup>57</sup> Vicente, 2000a; “Quatro Décadas de Educação (1962-2005)”, in <http://www.sg.min-edu.pt>.
- <sup>58</sup> Pinto, 1995, p. 301. João Pedro Miller Guerra (1912-1993) era um médico de renome, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, que desempenhava então as funções de deputado à Assembleia Nacional, integrando a famosa “ala liberal”. Da mesma viria a sair, em ruptura com o regime, em 1973. Anos antes, fora também procurador à Câmara Corporativa (1968-1969). Depois de 1974, não quis ingressar na política, limitando-se a ser deputado constituinte pelo Partido Socialista.
- <sup>59</sup> Teodoro, 2002, p. 94.
- <sup>60</sup> Serrão, 1984, pp. 68-72. Joaquim Veríssimo Serrão (n. 1925), historiador com algum renome, era professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e, desde finais de 1973, reitor da Universidade de Lisboa. Sempre se manifestara contra a política educativa de Veiga Simão e só aceitara a reitoria pela sua proximidade a Marcelo Caetano. Afastado da universidade em sequência do 25 de Abril de 1974, dedicou-se à investigação histórica, dando início, em 1977, à publicação de uma monumental e algo polémica *História de Portugal*, de que já saíram (até 2010), 17 volumes. Foi também presidente da Academia Portuguesa da História (1975-2005) e um dos fundadores da Universidade Livre (1977). Reintegrado na Faculdade de Letras de Lisboa (1979), ali permaneceu até à sua jubilação (1995). Manteve, até ao fim, contacto epistolar e pessoal com Marcelo Caetano, além de enorme amizade e fidelidade política.
- <sup>61</sup> Nogueira, 1977, pp. 150, 171 e 189.
- <sup>62</sup> Pedro Teotónio Pereira (1902-1972) entrou para o governo em 1933 como subsecretário de Estado dos Corporações, tendo desempenhado depois funções de ministro do Comércio e Indústria (1936-1937) e da Presidência (1958-1961). Foi ainda deputado e embaixador de Portugal em Madrid, Rio de Janeiro, Washington e Londres. Em 1968, o presidente da República, Américo Tomás, só não o escolheu como sucessor de Salazar devido ao seu precário estado de saúde.
- <sup>63</sup> Marcelo Caetano (1906-1980) foi comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colónias (1944-1947), presidente da comissão executiva da União Nacional (1947-1949), presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), ministro da Presidência (1955-1958) e presidente do Conselho de Ministros (1968-1974). Deposto pelo golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, morreu exilado no Rio de Janeiro. Note-se ainda que foi historiador de mérito e professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo, durante o seu exílio, sido lente na Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro).
- <sup>64</sup> Cfr. nota 21.
- <sup>65</sup> Franco Nogueira (1918-1993) foi representante diplomático de Portugal em diversas partes do mundo, ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e de Marcelo Caetano (1961-1969), deputado à Assembleia Nacional (1969-1973) e procurador à Câmara Corporativa (1973-1974). Depois do 25 de Abril, viveu exilado em Londres. De regresso a Portugal, leccionou nas Universidades Livre, Autónoma de Lisboa e Lusíada. Entre 1977 a 1985 publicou uma extensa biografia de Salazar.
- <sup>66</sup> Antunes Varela (1919-2005) foi ministro da Justiça (1954-1967) – devendo-se o Código Civil de 1967 – e procurador à Câmara Corporativa. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de que foi afastado em 1974, viveu e leccionou algum tempo no Baía (Brasil). Voltou depois a Portugal e à sua escola, tendo sido igualmente lente nas Universidades Católica Portuguesa e Lusíada.

- <sup>67</sup> Adriano Moreira (n. 1922) foi subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961) e ministro do Ultramar (1961-1962). Em termos académicos, foi professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e seu director. Depois de 1974, viveu exilado no Brasil, ali leccionando numa universidade do Rio de Janeiro. De regresso a Portugal, voltou à sua escola e à vida política. Integrado no C.D.S., foi deputado (1979-1995), vice-presidente da Assembleia da República (1991-1995) e presidente do partido (1986-1988).
- <sup>68</sup> Cotta Dias (n. 1929) foi ministro das Finanças e da Economia (1972-1973), depois de ter desempenhado, entre outras funções, as de deputado e presidente da Junta Nacional da Cortiça (1961-1967) e da Junta Nacional do Vinho (1967-1969), de vice-governador do Banco de Fomento Nacional (1969-1972) e de presidente da Comissão Executiva da Acção Nacional Popular (1970-1972). Depois de 1974, viveu em Espanha e no Brasil, tendo, recentemente, regressado a Portugal.
- <sup>69</sup> Rui Patrício (n. 1932) foi sub-secretário de Estado do Fomento Ultramarino (1965-1970) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1970-1974). Desde 1974 é empresário em São Paulo (Brasil), mas alargou os respectivos contactos com Portugal a partir de meados dos anos 90.
- <sup>70</sup> Joaquim Silva Pinto (n. 1935) foi sub-secretário de Estado das Obras Públicas (1968-1970), secretário de Estado do Trabalho e Previdência (1970-1973) e ministro das Corporações e Segurança Social (1973-1974). Empresário em Espanha e depois em Portugal, aderiu ao Partido Socialista em 1991, tendo chegado a ser deputado.
- <sup>71</sup> Gallagher, 1980, p. 7, apresentou o seguinte cálculo: a média de idades no governo seria de 46 anos em 1940, 50 em 1952 e 57 em 1960.
- <sup>72</sup> Teodoro, 2002, p. 28.
- <sup>73</sup> Faria, 1996, pp. 46-49; Pinto, 2000; Almeida e Pinto, 2006, p. 38.
- <sup>74</sup> Carvalho, 1986, p. 793.
- <sup>75</sup> Tal não corresponde à globalidade dos governos do Estado Novo. De facto, Lisboa, com 66,3%, vence claramente Coimbra, que se fica com 35,7% em termos de escolas de formação dos ministros de Salazar e Caetano. Cfr. Almeida e Pinto, 2006, p. 39.
- <sup>76</sup> Torgal, 1999, pp. 108-109.
- <sup>77</sup> Saraiva, 2007, p. 7.
- <sup>78</sup> Almeida e Pinto, 2006, p. 48.
- <sup>79</sup> Gallagher, 1980, p. 7.
- <sup>80</sup> Para o que se segue, remeto novamente para os artigos biográficos sobre cada um dos ministros que foram já citados em notas anteriores.
- <sup>81</sup> Rolo, 2007.
- <sup>82</sup> Teodoro, 2002, pp. 104-105.
- <sup>83</sup> Em carta particular a Joaquim Veríssimo Serrão, datada de 13 de Janeiro de 1978, disse: "Às vezes espantome como conseguiram enganar-me certas pessoas. Sabia que o Simão era um trampolineiro, mas não julguei que fosse tão reles" (Serrão, 1995, p. 145). A 28 de Abril de 1980, em missiva ao mesmo destinatário, acrescentava: "Das coisas portuguesas já nada me espanta: [...] nem a desvergonha do Simão (que, coitado, nasceu com o aleijão da ausência total de carácter!" (Serrão, 1995, pp. 446-447). Em Setembro do mesmo ano, certo jornal regional publicou uma carta do antigo chefe de Governo que, em resposta à pergunta "Por que não volta, Prof. Marcelo Caetano", esclareceu: "tenho o direito de passar ou tentar passar os últimos anos da vida sossegado sem o risco de me encontrar na rua com traidores e safados (como o Veiga Simão)" (*apud* Serrão, 1995, p. 502).

### Referências bibliográficas

- Adão, Á. & Gonçalves, M. N. (2007). *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da Administração Centralizada à Gestão Periférica*. Lisboa: Horizonte.
- Alexandre, P. M. (2000). Figueiredo, M. de. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. VIII, pp. 34-35). Porto: Figueirinhas.
- Alexandre, P. M. (2000a). Lima, Fernando Augusto Pires de. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. VIII, p. 376). Porto: Figueirinhas.
- Alexandre, P. M. (2000b). Pinto, Francisco de Paula Leite. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. IX, p. 86). Porto: Figueirinhas.
- Alexandre, P. M. (2000c). Saraiva, José Hermano. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. IX, p. 403). Porto: Figueirinhas.
- Almeida, P. T. de, Pinto, A. C. (2006). Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política. In *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial. 1850-2000* (pp. 19-58). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006.
- Alves, L. A. M. (2004). O ensino. In *Portugal e a Regeneração*. In J. Serrão e A. H. de O. Marques (dir.). *Nova História de Portugal* (vol. 10, pp. 303-339). Lisboa: Presença.

- Antunes, J. F. (1994). *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*. Lisboa: Difusão Cultura.
- Araújo, A. de (2005). Lima, Fernando Andrade Pires de. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. I, pp. 830-831). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Borges, R. (2005). Saraiva, José Hermano. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. II, pp. 538-540). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Braga, P. D. (2008). Um madeirense na chefia do governo de Portugal: José Vicente de Freitas. *Isleña*, 43, 102-116.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.
- Caetano, M. (2000). *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo.
- Carvalho, R. de (1986). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castelo, C. (2000). Mata, José Caeiro da. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. VIII, pp. 433-444). Porto: Figueirinhas.
- Castelo, C. (2003). Figueiredo, Mário de. In A. Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. (pp. 570-571). Porto: Asa
- Faria, C. A. (1996). Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra. A elite universitária da ditadura. *História, nova série*, 23/24, 46-49.
- Figueiredo, M. de, Salazar, A. de O. (1986). *Correspondência de Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.
- Gallagher, T. (1980). Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar. *História*, 28, 2-16
- Gameiro, F. L. (2005). Mata, José Caeiro da. In M. F. Mónica (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1834-1910* (vol. II, pp. 796-798). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Guimarães, A. L., Ayala, B. D. de, Machado, M. P. & António, M. F. (2000). *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Janeiro, H. P. (1998). *Salazar e Pétain. Relações Luso-Francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44)*. Lisboa: Cosmos.
- Lemos, M. M. (2008-2009). Caeiro da Mata em Vichy. *Clio, nova série*, 18 / 19, 311-364.
- Loff, M. (2003). Pacheco, António de Faria Carneiro. In A. Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 1030-1035). Porto: Asa.
- Loff, M. (2005). Figueiredo, Mário de. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. I, pp. 635-639). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Loff, M. (2005a). Mata, José Caeiro da. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. II, pp. 78-82). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Magalhães, P. C. (2000). Teles, Inocêncio Galvão. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. IX, p. 508). Porto: Figueirinhas.
- Marques, A. H. de O., (1991). *Portugal da Monarquia para a República*. In J. Serrão e A. H. de O. Marques (dir.). *Nova História de Portugal* (vol. I I). Lisboa: Presença.
- Marques, A. H. de O. (1994). *A. H. de Oliveira Marques, o Homem e o Historiador. Balanço de seis Décadas. Diálogos com João Pedro Ferro*. Lisboa: Presença.
- Melo, D. de (1999). Almeida, Manuel Lopes de. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. VII, pp. 90-91). Porto: Figueirinhas.
- Moncada, L. C. de (1992). *Memórias. Ao Longo de uma Vida (Pessoas, Factos, Ideias). 1888-1974*. [Lisboa e São Paulo]: Verbo.
- Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista (1926-1939)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.
- Moreira, A. (2008). *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, T. (2003). Pinto, Francisco de Paula Leite. In A. Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 1099-1104). Porto: Asa.
- Nogueira, F. (1977). *Salazar, I*. Coimbra: Atlântida.
- Nogueira, F. (1978). *Salazar, III*. Coimbra: Atlântida.
- Nogueira, F. (1980). *Salazar, IV*. Coimbra, Atlântida.
- Nogueira, F. (1984). *Salazar, V*. Porto: Civilização.
- Nogueira, F. (1985). *Salazar, VI*. Porto, Civilização.

- Nóvoa, A. (1992). A "Educação Nacional". In *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In J. Serrão e A. H. de O. Marques (dir.). *Nova História de Portugal* (vol. 12, pp. 455-519). Lisboa: Presença.
- [Nóvoa, A.] (2003). Lima, Fernando Andrade Pires de. In António Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 755-757). Porto: Asa
- Paulo, J. C. (2003). Almeida, Manuel Lopes de. In António Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 71-73). Porto: Asa.
- Paulo, J. C. (2003a). Mata, José Caeiro da. In António Nóvoa (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses* (pp. 895-897). Porto: Asa.
- Pinto, A. C. (2000). O império do professor: Salazar e a alite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, XXXV (157), 1055-1076.
- Pinto, J. N. (2007). *Salazar visto pelos seus Próximos (1946-68)*. Lisboa: Bertrand.
- Pinto, J. S. (1995). Algumas considerações e evocações sobre os anos finais do Salazarismo e a fase marcelista do regime da Constituição de 1933. In João Medina (dir.). *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias* (vol. 13, pp. 287-315). Amadora: Ediclube.
- Proença, M. C. (1996). Almeida, Manuel Lopes de. In F. Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. I, p. 39). Venda Nova: Bertrand.
- Proença, M. C. (1996a). Lima, Fernando Andrade Pires de. In F. Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. I, p. 520). Venda Nova: Bertrand.
- Proença, M. C. (1996b). Pacheco, António Faria Carneiro. In F. Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II, pp. 709-710). Venda Nova: Bertrand.
- Proença, M. C. (1996c). Teles, Inocêncio Galvão. In F. Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II, p. 969). Venda Nova: Bertrand.
- Rolo, M. F. (1996). Mata, José Caeiro da. In F. Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. II, pp. 551-552). Venda Nova: Bertrand.
- Rolo, M. F. (2007). *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a Economia Portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático.
- Rolo, A. R. (2005). Pacheco, António Faria Carneiro. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. II, pp. 282-284). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Santos, M. C. (2005). Teles, Inocêncio Galvão. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. II, pp. 688-689). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Saraiva, J. H. (2007). *Como Ámos Dizendo... (Memórias, Confidências e Lembranças)*, 5.ª Década, II Parte, Lisboa: O Sol.
- Serrão, J.V. (1984). *Marcello Caetano. Confidências no Exílio*. Lisboa, São Paulo: Verbo.
- Serrão, J.V. (1995). *Correspondência com Marcello Caetano. 1974-1980*. Venda Nova: Bertrand.
- Serrão, J.V. (2000). *História de Portugal*, XIV, Lisboa, São Paulo: Verbo.
- Serrão, J.V. (2003). *História de Portugal*, XV, Lisboa, São Paulo: Verbo.
- Serrão, J.V. (2006). *História de Portugal*, XVI, Lisboa, São Paulo: Verbo.
- Silva, F. R. da (2005). Almeida, Manuel Lopes de. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. I, pp. 132-134). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Silva, F. R. da (2005a). Pinto, Francisco de Paula Leite. In M. B. da Cruz e A. C. Pinto (dir.). *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974* (vol. II, pp. 366-369). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República.
- Sousa, M. R. de (1999). *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*. Venda Nova: Bertrand.
- Telo, A. J. (1996). Figueiredo, Mário de. In Fernando Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, (vol. II, pp. 551-552). Venda Nova: Bertrand, 1996.
- Teodoro, A. (2001). *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*. Porto: Afrontamento.
- Teodoro, A. (2002). *As Políticas de Educação em Discurso Directo. 1955-1995*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Torgal, L. R. (1999). *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra (1926-1961)*. Coimbra: Minerva.
- Vicente, A. P. (1996). Saraiva, José Hermano. In Fernando Rosas e J. M. B. de Brito (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, (vol. II, pp. 887-888). Venda Nova: Bertrand, 1996.
- Vicente, A. P. (2000). Pacheco, António Faria Carneiro. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. IX, pp. 17-18). Porto: Figueirinhas.
- Vicente, A. P. (2000a). Simão, José Veiga. In A. Barreto e M. F. Mónica (dir.). *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* (vol. IX, pp. 430-431). Porto: Figueirinhas.